



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Recurso de Revista 0001002-49.2012.5.15.0096

Relator: ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/02/2025

Valor da causa: R\$ 149.400,00

Partes:

RECORRENTE: _____

ADVOGADO: RONALDO DATTILIO

RECORRIDO _____

ADVOGADO: JOSE ROBERTO REGONATO

RECORRIDO: _____



PAGINA_CAPA_PROCESSO_PJEADVOGADO: RONALDO DATTILIO

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

PROCESSO Nº TST-RR - 0001002-49.2012.5.15.0096

ACÓRDÃO

4ª Turma

GMALR /mhs/

A) AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO
EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO S
ÓCIO. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA
VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017.
EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. PENHORA
SOBRE QUINHÃO DO HERDEIRO. IMÓVEL QUE
SERVE DE RESIDÊNCIA PERMANENTE À VIUVA
TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA.

I. Fundamentos da decisão agravada desconstituídos. Dá-se provimento ao agravo para melhor análise do agravo de instrumento. **II. Agravo conhecido e provido.**

B) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO SÓCIO.

EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. PENHORA SOBRE QUINHÃO DO HERDEIRO. IMÓVEL QUE SERVE DE RESIDÊNCIA PERMANENTE À VIUVA TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. C ONHECIMENTO E PROVIMENTO.

I. Vislumbro possível ofensa ao art. 5º, XXII, da CF. II. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se dá provimento, para determinar o processamento do recurso de revista, observando-se o disposto no ATO SEGJUD. GP Nº 202/2019 do TST.

C) RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. PENHORA SOBRE QUINHÃO DO HERDEIRO. IMÓVEL QUE SERVE DE RESIDÊNCIA PERMANENTE À VIUVA TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO.

I. A Corte Regional aplicou o conceito restritivo de unidade familiar. No entanto, entendendo que o Direito é um sistema, sendo o direito do trabalho uma ramificação que não pode ser interpretado sem avaliar os conceitos e a jurisprudência de institutos que não lhe são originais. Importante, verificar a jurisprudência do STJ sobre o tema. **A Súmula 364 do STJ informa que "o conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas ."** Portanto, ao contrário do que entendeu a Corte de origem, para o STJ, o conceito de unidade familiar que é trazida pela Lei 8009/90 é amplo, incluindo, a viúva (hipótese dos autos – mãe do Executado), pessoas solteiras e separadas. **II.** Ainda sobre o instituto da impenhorabilidade, destaca-se a Súmula a **486 do STJ: “É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.”** Nesse sentido, o bem de família, não precisa necessariamente, ser a residência do executado. **III.**

ID. c5b5064 - Pág. 1

Por outro lado, o *caput* do art. 226 da Constituição Federal dispõe: a família, base da sociedade, tem especial proteção



do Estado. Assim, na qualidade de herdeiro, o Executado, integra a entidade familiar, composta pela sua mãe e irmão, (nos termos do art. 226, § 4º, da Constituição Federal), o qual é detentor em conjunto do bem de família que se visa proteger. Diante desse contexto, há legitimidade para defesa em juízo da propriedade (art. 5º, XXII, da Constituição Federal) e o direito de moradia (art. 6º, caput, da Constituição Federal), dessa entidade familiar. *Precedentes. IV. Recurso de revista conhecido e provido.*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo em Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº TST-Ag-AIRR - 0001002-49.2012.5.15.0096**, em que é AGRAVANTE _____ e são AGRAVADOS _____ e _____.

O TRT negou provimento ao agravo de petição do Reclamado.

O executado interpôs recurso de revista.

O recurso de revista não foi admitido.

Houve interposição de agravo de instrumento por parte do Executado, que foi negado provimento, razão pela qual houve interposição do presente agravo.

Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.

É o relatório.

VOTO

A) AGRAVO DO SÓCIO EXECUTADO

1. CONHECIMENTO

Atendidos os pressupostos legais de admissibilidade do presente recurso, dele conheço.

2. MÉRITO

Consta da decisão agrava na fração de interesse:

“A parte ora Agravante insiste no processamento do recurso de revista, sob o argumento, em suma, de que o apelo atende integralmente aos pressupostos legais de admissibilidade. Entretanto, como bem decidido em origem, o recurso de revista não alcança conhecimento, não tendo a parte Agravante demonstrado, em seu arrazoadado, o desacerto daquela decisão denegatória. Assim sendo, adoto, como razões de decidir, os fundamentos constantes da decisão agravada, a fim de reconhecer como manifestamente inadmissível o recurso de revista e, em consequência, confirmar a decisão ora recorrida. [...]”

O agravante alega que “*não há dúvidas de que o Agravante possui apenas uma cota parte do imóvel e que nele não reside, mas é fato que a mãe e o irmão do Agravante, também coproprietários do imóvel, fazem uso dele como residência permanente.*”

Vislumbro possível ofensa ao art. 5º, XXII, da CF.

Dá-se **provimento ao agravo** para melhor análise do agravo de instrumento

B) AGRAVO DE INSTRUMENTO DO SÓCIO

1. CONHECIMENTO

Atendidos os pressupostos legais de admissibilidade do presente recurso, dele conheço.

2. MÉRITO

Consta do despacho de admissibilidade:



DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Construção / Penhora / Avaliação / **Indisponibilidade de Bens / Impenhorabilidade / Bem de Família.**

DA IMPENHORABILIDADE DO BEM IMÓVEL PENHORADO - BEM DE FAMÍLIA

DA INDIVISIBILIDADE DO BEM IMÓVEL PENHORADO - BEM DE FAMÍLIA

Constatando que o executado sequer reside no imóvel penhorado, manteve o v. acórdão a penhora sobre a fração de 1/22 do imóvel matriculado sob nº 15796, junto ao 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas, asseverando que o conceito de unidade familiar deve ser interpretado de forma restritiva - assim, não há como presumir que a mãe do executado e seu irmão, coproprietários do imóvel, sejam seus dependentes para fins de caracterização da entidade familiar - não havendo que se falar em bem de família, em impenhorabilidade do bem ou indivisibilidade do bem penhorado. Destaca-se do v. julgado o trecho:

"(...)

Irresignado, agravou de petição o Executado, que insistiu na tese de impenhorabilidade de sua fração no imóvel sob alegação **de bem de família, ao argumento de que residem no imóvel sua mãe e irmão, também coproprietários do bem**, e que, ainda que o **Executado não resida no imóvel, deveser aplicado o benefício da impenhorabilidade**, conforme melhor interpretação do artigo 1º, da Lei 8.009/90. Pugnou pelo provimento do apelo, com consequente reforma da r. sentença do MM. Juízo da Execução para levantar a contrição que recaiu sobre referido imóvel.

Não obstante o esforço do Agravante, entendo que a questão foi muito bem analisada pelo MM. Juízo da Execução e não comporta reparo.

A certidão de ônus de ID 996fce4 **comprova que a propriedade do imóvel objeto de construção foi transmitida à viúva (mãe do Executado e que reside no imóvel), bem como a mais 21 herdeiros do Sr. Henrique Pereira da Silva, sendo assegurada a fração de 1/22 ao Executado**.

Consta na certidão de ID f9c5b0b, lavrada pelo oficial de justiça, que residem no imóvel a viúva, Sra. Maria Conceição da Silva, **mãe do Executado e seu filho mais novo, um dos executados.**

A finalidade da impenhorabilidade do bem de família é a proteção do direito fundamental à moradia, com consequente proteção do imóvel residencial próprio do casal ou da unidade familiar, e não a preservação de patrimônio em prejuízo de direitos fundamentais trabalhistas.

Diferentemente do que sustentou o Agravante, **o conceito de unidade familiar deve ser interpretado de forma restritiva**. Dessa forma, corroboro com o entendimento firmado na origem, no sentido de que não há como presumir que a mãe do executado e seu irmão, coproprietários do imóvel, sejam seus dependentes para fins de caracterização da entidade familiar.

(...)

No presente caso, conforme fundamentado inicialmente, o Agravante, assim como sua mãe e irmão, são herdeiros do imóvel cuja fração foi objeto de construção, de forma que não há como acolher a tese defensiva de extensão do núcleo familiar à proteção de direito dos demais herdeiros ventilada pelo Executado, de forma a reprisar que o Executado sequer reside no imóvel, fato incontroverso.

Agravo de petição a que se nega provimento.

(...)"

Conforme se verifica, a decisão não viola os dispositivos constitucionais invocados. A afronta, se caracterizada, é de forma reflexa, não preenchendo, assim, os requisitos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do Eg. TST.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Na minuta de agravo de instrumento, a parte Recorrente insiste no conhecimento e provimento do seu apelo, a fim de ver processado seu recurso de revista no tema “penhora de fração do herdeiro – unidade familiar – bem de família”.

Vislumbro possível ofensa ao art. 5º, LIV, da CF.

Ante o exposto, **dou provimento ao agravo de instrumento** para determinar o processamento do recurso de revista observando-se o disposto no ATO SEGJUD.GP Nº 202/2019 do TST.

B) RECURSO DE REVISTA

1. CONHECIMENTO

Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE LUIZ RAMOS - 18/09/2025 10:10:34 - c5b5064

<https://pje.tst.jus.br/tst/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=2506231320215400000099227042>

Número do processo: 0001002-49.2012.5.15.0096

Número do documento: 2506231320215400000099227042



O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado regularmente habilitado e cumpre os demais pressupostos extrínsecos de admissibilidade.

1.1. BEM DE FAMÍLIA. PENHORA SOBRE QUINHÃO DO HERDEIRO. IMÓVEL QUE SERVE DE RESIDÊNCIA PERMANENTE À VIÚVA

Consta do acórdão:

“[...] Irresignado, agravou de petição o Executado, que insistiu na tese de impenhorabilidade de sua fração no imóvel sob alegação **de bem de família, ao argumento de que residem no imóvel sua mãe e irmão, também coproprietários do bem**, e que, ainda que o Executado não resida no imóvel, deve ser aplicado o benefício da **impenhorabilidade**, conforme melhor interpretação do artigo 1º, da Lei 8.009/90. Pugnou pelo provimento do apelo, com conseqüente reforma da r. sentença do MM. Juízo da Execução para levantar a contrição que recaiu sobre referido imóvel.

Não obstante o esforço do Agravante, entendo que a questão foi muito bem analisada pelo MM. Juízo da Execução e não comporta reparo.

A certidão de ônus de ID 996fce4 **comprova que a propriedade do imóvel objeto de constrição foi transmitida à viúva** (mãe do Executado e que reside no imóvel), **bem como a mais 21 herdeiros** do Sr. Henrique Pereira da Silva, sendo **assegurada a fração de 1/22 ao Executado**.

Consta na certidão de ID f9c5b0b, lavrada pelo oficial de justiça, que residem no imóvel a viúva, Sra. Maria Conceição da Silva, **mãe do Executado e seu filho mais novo, um dos executados**.

A finalidade da impenhorabilidade do bem de família é a proteção do direito fundamental à moradia, com conseqüente proteção do imóvel residencial próprio do casal ou da unidade familiar, e não a preservação de patrimônio em prejuízo de direitos fundamentais trabalhistas.

Diferentemente do que sustentou o Agravante, **o conceito de unidade familiar deve ser interpretado de forma restritiva**. Dessa forma, corroboro com o entendimento firmado na origem, no sentido de que não há como presumir que a mãe do executado e seu irmão, coproprietários do imóvel, sejam seus dependentes para fins de caracterização da entidade familiar.

[...]

No presente caso, conforme fundamentado inicialmente, o Agravante, assim como sua mãe e irmão, são herdeiros do imóvel cuja fração foi objeto de constrição, de forma que não há como acolher a tese defensiva de extensão do núcleo familiar à proteção de direito dos demais herdeiros ventilada pelo Executado, de forma a reprisar que o Executado sequer reside no imóvel, fato incontroverso.

Agravo de petição a que se nega provimento.”

O sócio executado pretende o processamento de seu recurso de revista por violação dos art. 5º, XXII, da CF/1988, pois ressalta que se trata de bem de família, fazendo interpretação ampliativa do conceito de unidade familiar.

Argumenta *“quer em razão do fato de o bem penhorado ser utilizado pela entidade familiar como residência da mãe e do irmão do executado, ou em razão de se tratar de bem indivisível, resta suficientemente demonstrado o desacerto do v. acórdão recorrido e das decisões agravadas, uma vez que a jurisprudência predominante tanto neste C. TST, quando no C. STJ, caminham em sentido diverso, outorgando interpretação ampla ao conceito de “entidade familiar”, bem como, reconhecendo a violação direta aos artigos 5º, XXII e LIV, e art. 6º, caput, da Constituição Federal, bem como a impenhorabilidade de fração de imóvel protegido pela Lei n.º 8.009/90.”*

O Recorrente atendeu aos requisitos previstos no art. 896, § 1º-A, da CLT (redação da Lei nº 13.015/2014), quanto ao tema em destaque.

A Corte Regional aplicou o conceito restritivo de unidade familiar, dispondo que *“na certidão de ID f9c5b0b, lavrada pelo oficial de justiça, que residem no imóvel a viúva, Sra. Maria Conceição da Silva, **mãe do Executado e seu filho mais novo, um dos executados**...o conceito de unidade familiar deve ser interpretado de forma restritiva.”*



No entanto, entendendo que o Direito é um sistema, sendo o direito do trabalho uma ramificação que não pode ser interpretado sem avaliar os conceitos e a jurisprudência de institutos que não lhe são originais. Importante, verificar a jurisprudência do STJ sobre o tema:

Súmula 364 do STJ: "O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e **viúvas**."

Portanto, ao contrário do que entendeu a Corte de origem, para o STJ, o conceito de unidade familiar que é trazida pela Lei 8009/90 é amplo, incluindo, a viúva (hipótese dos autos – mãe do Executado), pessoas solteiras e separadas.

Ainda sobre o instituto da impenhorabilidade, destaca-se a Súmula:

Súmula 486 do STJ: "É **impenhorável** o único imóvel residencial do devedor que esteja **locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.**"

Nesse sentido, o bem de família, não precisa necessariamente, ser a residência do executado.

Por outro lado, o *caput* do art. 226 da Constituição Federal dispõe:

Art. 226. A família, base da sociedade, **tem especial proteção do Estado.**

Assim, na qualidade de herdeiro, o Executado, integra a entidade familiar, composta pela sua mãe e irmão, (nos termos do art. 226, § 4º, da Constituição Federal), o qual é detentor em conjunto do bem de família que se visa proteger.

Diante desse contexto, há legitimidade para defesa em juízo da propriedade (art. 5º, XXII, da Constituição Federal) e o direito de moradia (art. 6º, *caput*, da Constituição Federal), dessa entidade familiar.

Cito precedentes desta Corte:

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.467/2017. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO DO TRT POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 1 - Não há utilidade no exame do mérito do agravo de instrumento quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do art. 282, § 2º, do CPC. Prejudicada a análise da transcendência. 2 - Agravo de instrumento a que se nega provimento. **EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. PENHORA SOBRE QUINHÃO DOS FILHOS HERDEIROS. ÚNICO IMÓVEL QUE SERVE DE RESIDÊNCIA PERMANENTE À VIÚVA DO EXECUTADO.** 1 - Há transcendência política quando se constata em exame preliminar o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência majoritária, predominante ou prevalecente no TST. 2 - Aconselhável o provimento do agravo de instrumento para melhor exame do recurso de revista quanto à alegada violação dos artigos 5º, XXII, 6º, e 226, § 4º, da Constituição Federal. 3 - Agravo de instrumento a que se dá provimento. **II - RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.467/2017. EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. PENHORA SOBRE QUINHÃO DOS FILHOS HERDEIROS. ÚNICO IMÓVEL QUE SERVE DE RESIDÊNCIA PERMANENTE À VIÚVA DO EXECUTADO.** 1 - Trata-se de recurso de revista interposto em processo em fase de execução. Em que pese a restrição imposta pelo art. 896, § 2º, da CLT e a questão do bem de família ser regida especificamente pela legislação infraconstitucional (Lei nº 8.009/90), a SBDI-1 deste Tribunal tem admitido a análise da matéria quando, no caso concreto, houver interpretação restritiva que acarrete afronta aos princípios insculpidos nos arts. 5º, XXII e 6º da Constituição da República. Julgado. 2 - [...] 6 - Inicialmente registra-se que não deve prevalecer o entendimento do TRT no sentido de que a ora recorrente, filha do de cujus, **não teria legitimidade para defender em nome próprio direito que seria de sua genitora, uma vez que a penhora deferida tem por objeto bem imóvel que lhe foi transmitido na qualidade de herdeira.** Ademais, nos termos do art. 226, § 4º, da Constituição Federal "Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes". Logo, sendo a herdeira, ora recorrente, integrante da entidade familiar (composta por ela, seu irmão e sua genitora, nos termos do art. 226, § 4º, da Constituição Federal), a qual é detentora em conjunto do alegado bem de família a que se visa proteger, resta claro sua legitimidade para defender em juízo a propriedade (art. 5º, XXII, da Constituição Federal) e o direito de moradia (art. 6º, *caput*, da Constituição Federal) dessa entidade familiar. 7 - **No mais, esta Corte tem firmado entendimento no sentido de que a impenhorabilidade do bem de família alcança o imóvel utilizado como moradia permanente por integrantes da entidade familiar, notadamente pelos genitores do devedor, especialmente se eles forem**

Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE LUIZ RAMOS - 18/09/2025 10:10:34 - c5b5064

<https://pje.tst.jus.br/tst/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=2506231320215400000099227042>

Número do processo: 0001002-49.2012.5.15.0096

Número do documento: 2506231320215400000099227042



coproprietários do bem, sendo irrelevante que o responsável pela dívida, detentor de fração ideal, resida no imóvel. Julgados. 8 - Nesse

ID. c5b5064 - Pág. 5

contexto, a decisão do TRT que manteve a penhora do único imóvel que serve de residência permanente à genitora da recorrente, ambas coproprietárias do bem, ofende o direito de propriedade, uma vez que a constrição recai sobre imóvel com garantia legal de impenhorabilidade. 9 - **Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento**" (RRAg-2601-17.2014.5.02.0063, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhães Arruda, DEJT 16/08/2022).

"(...) AGRADO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. PENHORA DE IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. **COPROPRIEDADE. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA.**

Em razão de provável caracterização de ofensa aos arts. 5º, XXII, e 6º da Constituição Federal, dá-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o prosseguimento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. **PENHORA DE IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. COPROPRIEDADE. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA.**

A proteção do direito à moradia, na hipótese de penhora de bem imóvel em sede de execução, encontra disciplina na Lei nº 8.009/90, que cuida da impenhorabilidade do bem de família. O art. 1º dessa lei disciplina que o imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar é impenhorável e não responderá por nenhum tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas no art. 3º, que lista as únicas exceções admitidas à mencionada impenhorabilidade. Já o art. 5º, caput, estabelece que, "para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente". No presente caso, o e. TRT entendeu ser possível a penhora da cota parte (12,5%) do bem, em razão de o devedor executado não residir no imóvel. No entanto, extrai-se do v. acórdão que os agravantes (mãe e três irmãos do devedor/executado) são coproprietários do bem, na cota de 50% e 37,5%, respectivamente, havendo, ainda, registro que o imóvel objeto da penhora é destinado à moradia dos familiares do devedor. Dessa forma, conclui-se que o Tribunal Regional, ao deixar de caracterizar o imóvel penhorado como bem de família afrontou o direito à moradia e à propriedade, protegidos constitucionalmente. Ressaltase que o fato do executado não residir no imóvel não o afasta do enquadramento legal como bem de família. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido." (RR - 2458841.2018.5.24.0004, Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 02/02/2022, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/02/2022)

"I - AGRADO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nº 13.015/2014 E 13.467/2017 - PROCESSO DE EXECUÇÃO - TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA - PENHORA SOBRE IMÓVEL UTILIZADO PELA GENITORA DA EXECUTADA. IMPOSSIBILIDADE. COPROPRIEDADE. BEM DE FAMÍLIA. Constatada possível violação do art. 5º, XXII, da Constituição da República, merece provimento o agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nº 13.015/2014 E 13.467/2017 - PROCESSO DE EXECUÇÃO - TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA - PENHORA SOBRE IMÓVEL UTILIZADO PELA GENITORA DA EXECUTADA. IMPOSSIBILIDADE. COPROPRIEDADE. BEM DE FAMÍLIA. Enquadra-se no conceito legal de bem de família e, por consequência, está protegido pela regra de impenhorabilidade, o imóvel utilizado como residência permanente pela genitora, também proprietária, da executada, não sendo necessário para tanto que a parte contra a qual é direcionada a execução, detentora apenas de fração ideal, nele resida. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-126900-19.1996.5.02.0315, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 18/10/2019)

Nessa circunstância, reconheço a transcendência jurídica da causa e, por consequência, conheço do recurso de revista.

2. MÉRITO

2.1. BEM DE FAMÍLIA. PENHORA SOBRE QUINHÃO DO HERDEIRO. IMÓVEL QUE SERVE DE RESIDÊNCIA PERMANENTE À VIUVA

Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE LUIZ RAMOS - 18/09/2025 10:10:34 - c5b5064

<https://pje.tst.jus.br/tst/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25062313202154000000099227042>

Número do processo: 0001002-49.2012.5.15.0096

Número do documento: 25062313202154000000099227042



Ante ao exposto, considerando os fundamentos já expostos, reconheço a **transcendência jurídica** da causa a fim de **conhecer** do recurso de revista por violação do art. 5º, XXII, da CF/1988 e, no mérito, **dar-lhe provimento** para declarar a impenhorabilidade do imóvel em questão, desconstituindo a penhora realizada.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade:

ID. c5b5064 - Pág. 6

- 1) **conhecer e dar provimento** ao agravo para reanalisar o agravo de instrumento;
- 2) **conhecer e dar provimento** ao agravo de instrumento do Sócio Executado para processar seu recurso de revista;
- 3) **reconhecer a transcendência jurídica; conhecer e dar provimento** ao recurso de revista do sócio Executado quanto ao tema “**BEM DE FAMÍLIA. PENHORA SOBRE QUINHÃO DO HERDEIRO**”, por ofensa ao art. 5º, XXII, da CF/1988, e, no mérito, **dar-lhe provimento** para declarar a impenhorabilidade do imóvel em questão, desconstituindo a penhora realizada.

Custas processuais inalteradas.

Brasília, 16 de setembro de 2025.

ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator



